

DECLARAÇÃO

- Pai, mãe, padrasto e madrasta em titulares dos planos **CAPESAÚDE PERFIL**

_____ (nome), matrícula nº _____, lotado(a) no(a) _____, portador do documento de identidade nº _____, expedido pelo _____, CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, Município _____, UF _____, CEP, _____, DECLARO para todos os fins de direito junto à Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP, que assumo integralmente o custeio do plano do Sr. (a) _____ (nome), observados os mesmos valores comigo conveniados ou contratados, de acordo com a faixa etária do beneficiário.

Declaro, também, ter conhecimento de que a CAPESESP utilizará a supracitada informação para inscrever o referido (a) pai, padrasto, mãe ou madrasta como meu/minha dependente no Plano CAPESAÚDE PERFIL do qual sou beneficiário, nos termos do disposto no art. 39 da Portaria Normativa n.º 1, de 09/03/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Me comprometo a comunicar à CAPESESP qualquer alteração nas informações prestadas, respondendo civil e criminalmente (art. 299, Código Penal) pelo teor desta declaração, arcando com o ônus da reclassificação de meus dependentes para a categoria de dependentes-agregados e, por conseguinte, reconhecendo a dívida decorrente da reclassificação de dependência junto ao CAPESAÚDE como líquida, certa e exigível.

_____, _____ de _____ de _____.
Localidade Data

ASSINATURA DO TITULAR

PORTARIA NORMATIVA n.º 1/2017 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Art.39. O pai ou padrasto, a mãe ou madrasta do servidor ou do militar de ex-Território, poderão ser inscritos no plano de saúde contratado ou conveniado pelo órgão ou entidade, desde que o valor do custeio seja assumido integralmente pelos próprios ou pelo titular, observados os mesmos valores com ele conveniados ou contratados, de acordo com a faixa etária do beneficiário.

CÓDIGO PENAL

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante: PENA - Reclusão, de 1 a 5 anos.